

## **Censura na Literatura Infantil e Juvenil: Entre Livros e Labaredas**

### **Censorship in children's and youth literature: between books and flames**

Andréia de Oliveira A. Iguma\*

\* Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia - MG, 38408-100,  
e-mail: dheia\_oliveira@hotmail.com

**Resumo:** O presente ensaio nasce com o objetivo de travar uma discussão entre o surgimento da literatura infantil em terras brasileiras e persistência da censura no que tange o referido sistema literário, posto que infelizmente, ainda hoje, para muitos, a literatura infantil e a juvenil deve ter a função de ensinar de acordo com a “moral” de alguns grupos sociais. Ademais, nos interessa trazer a leitura de três obras literárias que possuem como elo a queima a livros em diferentes contextos históricos e sociais, sendo elas: *O mágico de verdade* (2008) de Gustavo Bernardo, *Beto, o analfabeto* (2008), de Drummond Amorin e *Assassinato na Biblioteca* (2009) de Helena Gomes, argumentamos que as queimas de livros ficcionais dialogam veementemente com a dificuldade de acesso a obras literárias em escolas públicas brasileiras e o descaso de governantes a fim de alimentarem políticas de Estados que assegurem que os alunos cadastrados em escolas públicas brasileiras tenham acesso a obra de qualidade estética. Para tanto, nos apoiaremos em trabalhos pioneiros acerca da história do livro, tais como *Uma história da leitura* (1997), Alberto Manguel e *História da Leitura* (2006), Steven R. Fischer, a fim de validarmos que queimar livros sempre foi uma prática dos detentores do poder.

**Palavras-chave:** Censura; Literatura Infantil; Literatura Juvenil

**Abstract:** The present essay is born with the objective of making a discussion between the emergence of children's literature in Brazilian lands and the persistence of censorship regarding this literary system, since unfortunately, even today, for many, children's and youth literature must have the function of teaching according to the "morals" of some social groups. In addition, we are interested in reading three literary works that have as their link the burning of books in different historical and social contexts, namely: Gustavo Bernardo's *The Real Magician* (2008), *Beto, the illiterate* (2008), by Drummond Amorin and *Assassinato at the Helena Gomes Library* (2009), we argue that the burning of fictional books vehemently dialogues with the difficulty of access to literary works in Brazilian public schools and the neglect of rulers in order to feed policies of states that ensure that students registered in Brazilian public schools have access to work of aesthetic quality. To this end, we will rely on pioneering work on book history, such as *A History of Reading* (1997), Alberto Manguel and *History of Reading* (2006), Steven R. Fischer, to validate that burning books has always been a practice. of the holders of power.

**Keywords:** Censorship; Children's literature; Youth Literature

*Os textos que no início do século traziam o rótulo de “Literatura Infantil” eram sisudos e exemplares, o que faz do criador da irreverente Emília o reintrodutor do riso como arma crítica, nos livros destinados a crianças.*

(SANDRONI, 2011, p.67)

A literatura infantil brasileira, mesmo com uma trajetória consolidada, ainda é motivo de muitas discussões, seja no mercado editorial, ou, nos programas de graduação e pós-graduação em Literatura e Educação e no que concerne a produção crítica que ajuda aquecer debates acerca de sua existência que há tempos saiu do anonimato, tendo um crescimento veloz mediado pelas políticas públicas.

Efetivamente, para Nelly Novaes Coelho (1984, s/p), “literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra”. Entretanto, a discussão em torno do adjetivo “infantil” justifica-se por conta de um surgimento conturbado e marcado por intenções políticas. De tal modo, é possível assegurar que as mazelas atribuídas a sua formação em território brasileiro deixaram resquícios, o que compromete ainda hoje sua estadia no âmbito escolar e cultural.

Esta discussão é energizada por meio de um trabalho singular escrito a quatro mãos, intitulado *Literatura infantil brasileira: história e histórias* (LAJOLO; ZILBERMAN, 1986), em que as autoras registraram informações de extrema relevância para a historiografia da literatura infantil brasileira, como bem anunciada no título da obra:

Ela não teve origem popular, nem aparecimento espontâneo: seu surgimento foi induzido, patrocinado pelos autores que escreveram livros para crianças no período de transição entre os séculos XIX e XX. Desde então, [...] as editoras começaram a prestigiar o gênero, motivando seu aumento vegetativo ao longo dos anos 20 e 30, bem como a adesão progressiva de alguns escritores da nova e atuante geração modernista [...] o regime ofereceu aos escritores para as crianças temas e posicionamentos que asseguraram suas incursões na rede escolar que, ampliada, retribuiu com um contingente maior de leitores (LAJOLO; ZILBERMAN, 1986, p.61-62).

As estudiosas asseveram que os primeiros textos escritos neste chão cultural foram encomendados com o propósito de difundir a imagem de um país moderno, que se encontrava em desenvolvimento. Era o final do século XIX, o Brasil estava em processo de transição de regime político. A República, adotada a partir de 1889, substituiu a monarquia após o longo reinado de D. Pedro II, imperador desde 1840. Nesse período, o

que circulava sob a rubrica de infantil eram textos adaptados e/ou traduzidos do continente europeu.

Por conseguinte, temos notícias de que os primeiros livros “apropriados” ao público menor de idade nasceram na Europa<sup>1</sup>. Estes textos eram procedentes da tradição popular, tendo suas histórias recontadas até os dias atuais no formato dos contos de fadas, dos quais, elencamos: *João e Maria, A Bela e a Fera, Cinderela, Chapeuzinho Vermelho* etc. Narrativas orais que eram contadas por e para adultos, até que homens como Charles Perrault (1628-1703), na França, e Jacob (1785-1863) e Wilhelm (1786-1859) Grimm, na Alemanha, as transcreveram com o propósito de ter as crianças como público alvo<sup>2</sup>.

Com um século de atraso, começa a nascer em terras brasileiras os primeiros textos endereçados ao público infantil: “as primeiras obras publicadas visando o público infantil apareceram no mercado livreiro na primeira metade do século XVIII” (LAJOLO, ZILBERMAN, 1984, p.15). Seus principais escritores foram: Figueiredo Pimentel, Francisca Julia, Julia Lopes de Almeida, Olavo Bilac e Viriato Correia, considerados expoentes da literatura infantil brasileira.

Os livros escritos por esses autores contribuíam para disseminar valores e crenças, posto que a literatura infantil sempre foi uma forte aliada da escola, que era e ainda é o melhor lugar para a disseminação dos valores da classe dominante entre as classes subalternas.

Em consonância, no prefácio da obra *Poesias Infantis* (1924)<sup>3</sup>, o poeta parnasiano Olavo Bilac deixa registrado seu posicionamento mediante a solicitação que a ele fora feita, tendo como pretensão a escrita de livros infantis:

Quando a casa Alves & C<sup>a</sup> me incumbiu de preparar este livro para uso das aulas de instrução primária, não deixei de pensar, com receios, nas dificuldades grandes do trabalho. Era preciso fazer qualquer coisa simples, acessível à inteligência das crianças; e quem vive e escreve, vencendo dificuldades de forma, fica viciado pelo hábito de fazer estilo. Como perder o escritor a feição que já adquiriu, e as suas complicadas construções de frase, e o seu arsenal de vocábulos peregrinos, para se colocar ao alcance da inteligência infantil? (BILAC, 1924, s/p).

---

<sup>1</sup> Para saber mais acerca da gênese da literatura infantil, ver: SALEN, Nazira. *História da literatura infantil*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

<sup>2</sup> A esse respeito ver: COELHO, Nelly Novaes. *O Conto de Fadas: símbolos mitos arquétipos* São Paulo: DCL, 2003; e, GUEDES, Maria Helena Touro Beluque. *As tramas dos contos de fadas na formação de sujeitos-leitores: (re) construindo sentidos em A Bela Adormecida e A Moça Tecelã*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras – UFGD, 2011.

<sup>3</sup> Disponível no site: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/Textos.htm>>. Acesso em: 19 de março de 2011.

A partir do excerto acima observamos que Bilac escrevia para adultos, o que lhe gerou preocupações ao se deparar com um novo público: o infantil. Dessa forma, o resultado foi a construção de um livro obstante do universo literário:

O livro aqui está. É um livro em que não há animais que falam, nem fadas que protegem ou perseguem crianças, nem as feiticeiras que entram pelos buracos das fechaduras; há aqui descrições da natureza, cenas de família, hinos ao trabalho, à fé, ao dever; alusões ligeiras à história da pátria, pequenos contos em que a bondade é louvada e premiada (BILAC, 1924, s/p).

Com efeito, a obra produzida por Olavo Bilac acabou por parecer um manual de ensino e de “boa” conduta, recheada com os preceitos acerca da moral, do civismo, da intelectualidade e religiosidade. A esse respeito, Marisa Lajolo (1982) delonga inúmeras páginas em sua tese *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*, validando que

temas que conotam a harmonia social, que dão lustro e polimento a uma vida sem nódoas [...] inventariando as qualidades que julga haver em seu livro, numa concepção empobrecedora do universo mágico infantil”. Com isso, destacamos que a leitura prazerosa, lúdica e inventiva não ganhou espaço na criação bilaquiana (LAJOLO, 1982, p.58).

Diante dessa precariedade no cenário literário infantil, surge na década de 1920, Monteiro Lobato<sup>4</sup> que, ao resgatar a fantasia em suas histórias, engaveta o que até então circulava em formato de livros endereçados as crianças. Sua presença é de tamanha relevância que a partir de então, passa a servir de referência para os novos escritores, apresentados hoje como herdeiros do *Sítio do Pica Pau Amarelo*<sup>5</sup>.

Com uma escrita peculiar, Lobato cria um universo capaz de romper “com o círculo da dependência dos padrões literários provindos da Europa” (FERREIRA, 2008, p. 427) o que lhe concede o título de pai da literatura infantil brasileira. Transformando esse campo até então pantanoso em um lugar frutífero tendo como proposta “educar seus

---

<sup>4</sup> Sobre Monteiro Lobato ver: LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.

LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís. *Monteiro Lobato, livro a livro: Obra infantil*. São Paulo: UNESP, 2008.

<sup>5</sup> Acerca dos “herdeiros do Sítio do Pica Pau Amarelo” ver: ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler a literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

leitores para o direito da liberdade e questionarem o que lhes era dado” (VIEIRA, 1999, p.48).

A estudiosa lobatiana Adriana Silene Vieira (1999) retoma no artigo *O livro e a leitura nos textos de Lobato* fragmentos da correspondência enviada a Godofredo Rangel compiladas no volume *A barca de Gleyre*, para demonstrar a preocupação que o autor tinha com a formação dos próprios filhos diante dos textos que circulavam no período, ao referir a literatura infantil como “pobre e besta”. Diante disso, a proposta de Lobato era a de romper com a tradição de textos didáticos ou de formação moral e cívica para crianças.

O criador da (nova) literatura infantil brasileira teve êxito em sua produção. Após seu surgimento, a escrita didática e moralizante deixou de ser vista com bons olhos por muitos, no entanto, resquícios de sua permanência em nossa história de leitura perpassaram o ensino até a contemporaneidade, posto que ainda hoje, alguns pais e professores acreditam que a função da literatura infantil seja a de ensinar. Assim, sua estadia dentre os muros acadêmicos é dividida em alguns sistemas, porém, damos destaque a dois: o literário e o educacional, “no sistema literário, é espécie de primo pobre. No sistema da educação, ocupa lugar mais destacado, graças ao seu papel na formação de leitores, que cabe à escola assumir e realizar” (CADERMATORI, 2010, p.5).

Convém ressaltarmos que, muitas vezes, ocorre uma apropriação equivocada da literatura destinada aos menores de idade, tornando-a limitada e com prazo de validade, o que levou o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade a questionar sua existência ao retorquir se haverá nas outras esferas da arte tal distinção:

O gênero "literatura infantil" tem, a meu ver, existência duvidosa. Haverá música infantil? Pintura infantil? A partir de que ponto uma obra literária deixa de construir alimento para o espírito da criança ou do jovem e se dirige ao espírito do adulto? Qual o bom livro de viagens ou aventuras, destinado a adultos, que não possa ser dado à criança, desde que vazado em linguagem simples e isento de matéria de escândalo? (ANDRADE, 1944, s/p).

Todavia, a ideia de não haver uma literatura específica para criança e, sim uma que seja de seu interesse, já foi motivo de muitas discussões entre especialistas do

assunto<sup>6</sup>. Em vista disso, as considerações acuradas pela estudiosa Ligia Cadernatori (2010, p.16-17) nos levam ao entendimento que:

A literatura infantil se caracteriza pela forma de endereçamento dos textos ao leitor. A idade deles, em suas diferentes faixas etárias, é levada em conta. Os elementos que compõem uma obra do gênero devem estar de acordo com a competência de leitura que o leitor previsto já alcançou. Assim, o autor escolhe uma forma de comunicação que prevê a faixa etária do possível leitor, atendendo seus interesses e respeitando suas potencialidades. A estrutura e o estilo das linguagens verbais e visuais procuram adequar-se às experiências da criança. Os temas são selecionados de modo a corresponder às expectativas dos pequenos, ao mesmo tempo em que o foco narrativo deve permitir a superação delas. Um texto redundante, que só articula o que já é sabido e experimentado, pouco tem a oferecer [...]. As obras infantis que respeitam seu público são aquelas cujos textos têm potencial para permitir ao leitor infantil possibilidade ampla de atribuição de sentidos àquilo que lê. A literatura infantil digna do nome estimula a criança a viver uma aventura com a linguagem e seus efeitos, em lugar de deixá-la cerceada pelas intenções do autor, em livros usados como transporte de intenções diversas, entre elas o que se passou a chamar de “politicamente correto”, a nova face do interesse pedagógico, que quer se sobrepôr ao literário.

Compactuando dessa reflexão, elucidamos para a compreensão de que a literatura infantil é um terreno fértil, com possibilidade de diferentes estudos, ao abarcar contextos sociais, políticos e educacionais. Esta, como toda arte, é um meio de fruição capaz de suscitar reflexões a seus apreciadores. Além disso, “só porque o texto se destina a leitores supostamente “inocentes” não basta que ele seja em si mesmo inocente” (HUNT, 2010, p.37). Obviamente, que os detentores do poder também comungam da ideia asseverada por Hunt de que a literatura infantil não é inocente, tanto que a permanência de diversos títulos é contestada pelos “cidadãos do bem”. Infelizmente, em solo brasileiro, estamos vivendo um momento conturbado após o golpe contra a presidente legítima Dilma Rousseff e do resultado da última eleição que tem devastado com o nosso país, aqui, enfatizamos o desmonte contra a educação pública, gratuita e de qualidade.

Por isso, nos cabe aclamar pela sua presença na sociedade, a começar pelos bancos escolares, tão carentes de fabulação. Nessa perspectiva, no próximo subitem trataremos três obras literárias, sendo elas: *O mágico de verdade* (2008) de Gustavo Bernardo, *Beto, o analfabeto* (2008), de Drummond Amorin e *Assassinato na Biblioteca*

---

<sup>6</sup> A esse respeito consultar os livros: MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1979 ; ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

(2009) de Helena Gomes a fim de argumentar por meio de exemplos literários algumas marcas que comprovam que os detentores do poder sempre tiveram aversão a escola, tal como o atual presidente do Brasil.

#### (SEM) CENSURA: ENTRE LIVROS E BIBLIOTECAS

*[...] Quanta boca aberta! Só porque os senhores estão vendo o venerável Museu de Alexandria surgir do fundo da terra e da História, sem fumaça, sem terremoto e sem fogos de artifício, como seria adequado para uma casa de papiros, pergaminhos e livros. Por favor, entremos.*

(BERNADO, 2008, p. 68-69).

Por meio de um “passe de mágica”, Gustavo Bernardo (2008) nos convida a (re)visitar um grande monumento histórico: a Biblioteca de Alexandria. Construída pelos Ptolomeus<sup>7</sup> no antigo Egito, o prédio guardava, entre suas paredes, obras literárias e outros livros, capazes de representar a memória da antiguidade egípcia pela cultura grega.

O estudo de Steven Roger Fischer (2006), deslindou entre terras longínquas e tempos antigos, com o propósito de organizar a *História da leitura* (título da sua tese). Diante da leitura de seu texto, nos é permitido compreender o porquê da cidade de Alexandria ter nomeado a memorável Biblioteca. A pesquisa pontua que antes da importação do papiro, proveniente de Alexandria, as “grandes obras literárias haviam sido conservadas, com frequência, apenas em um exemplar feito de pele” (FISCHER, 2006, p.50), e somente com a chegada do produto, começou a ocorrer a reprodução. Assim, já era possível que os livros fossem compilados em um único espaço, com o objetivo de conservar os frutos da produção humana. Desse modo, é relevante sublinhar que os governantes da referida biblioteca ambicionavam concentrar dentre seus muros todos os rolos de papiro existentes, como observa Bernardo (2008, p.70):

Tinham ordem de confiscar todos os livros que se encontrassem nos navios que passassem por Alexandria para copiá-los, devolvendo-os depois aos seus legítimos proprietários. É preciso nos lembrarmos que não havia imprensa: cada exemplar precisava ser cuidadosamente copiado um a um. Às vezes, no afã de corrigirem os originais, eles os

---

<sup>7</sup> O Museu de Alexandria começou a ser erguido no ano 280 antes de Cristo por Ptolomeu, o Salvador, que sucedeu Alexandre, o Grande. A Biblioteca foi finalizada pelo segundo Ptolomeu, o Filadelfo (BERNADO, 2008, p.77).

alteravam e não pouco. O objetivo não era modesto: pretendiam conseguir todos os livros do mundo e traduzi-los para o grego.

Para contribuir com o projeto expansionista, bibliotecas foram compradas, outras doadas e houve, também, empréstimos com a finalidade de reprodução. Outrossim, a Biblioteca de Alexandria foi gradativamente crescendo, com o passar do tempo, o prédio abrigava “o maior volume físico de literatura que a região jamais havia visto”, após “um século e meio, a coleção expandiu-se, chegando a contar com cerca de quinhentos mil rolos de papiro; outros quarenta mil foram armazenados em um depósito separado, anexo vizinho Templo de Serápis” (FISHER, 2006, p.54).

Contudo, o sonho da biblioteca universal foi desfeito em meio a chamadas ocasionadas por um incêndio que de fato aconteceu. No mundo ficcional, algumas atribuições são feitas ao motivo de tal feito:

Há quem diga que ela foi destruída pelo bispo Teófilo, um cristão que viu no prédio o depósito das maldades do paganismo. Outros dizem que ela foi destruída pelo emir Amr Ibn al-As, que mandou distribuir os milhares de manuscritos entre os banhos públicos de Alexandria com o único objetivo de queimá-los para aquecer a água. A ordem teria vindo do califa Omar, para quem tudo já estaria no Corão, logo, todos os outros livros seriam dispensáveis (BERNADO, 2008, p. 77).

A representação de biblioteca rememorada na escrita de Bernardo é muito cara para a história da leitura, uma vez que diversas bibliotecas foram queimadas em diferentes momentos com o intuito de silenciar pensamentos. Em consonância, temos a notícia que no ano de 1559 foi publicado por intervenção da igreja Católica um índice de livros proibidos, o *Índex*. Este se manteve como fonte de conduta por mais de um século, censurando “centenas de obras teológicas, outras tantas de autores seculares, de Voltaire e Diderot a Colette e Graham Greene” (MANGUEL, 1997, p.320), contribuindo para a assertiva do “poder” instaurado pela leitura, que causa temor da antiguidade a contemporaneidade. De fato,

O que parece é que tantos cristãos quanto muçulmanos sempre foram capazes de construir civilizações, mas também de *queimar os pensamentos* que as questionassem. Muitos cristãos recusam-se ainda hoje a ler outra coisa que não a *Bíblia*, com medo do pecado que se esconde nos livros (BERNADO, 2008, p. 77 - *grifo nosso*).

Ainda em relação à citação da obra *O mágico de verdade*, damos relevância a menção feita a Bíblia, guardiã das sagradas escrituras perante o cristianismo, por compreendermos que sua inserção não foi gratuita. Em favor dessa hipótese, buscamos entre o livro *Retratos da leitura no Brasil* (AMORIM, 2008) dados acerca da Bíblia enquanto objeto de leitura dos participantes da entrevista, o que nos levou ao entendimento de que, este é o livro mais lido, liderando em alternados quesitos, tais como: gênero mais lido, livro mais importante, última leitura realizada e releituras. Convém frisarmos que entre os declarados não serem leitores (por não terem lido nenhum livro nos últimos três meses), correspondendo a 45% dos entrevistados, um total de 6% (correspondente 4,5 milhões de um total de 77, 1 milhões) revelaram serem leitores da Bíblia. Não tivemos com tais dados a confirmação de que a Bíblia seja o livro mais lido por conta de ideologias religiosas (aqui nasce uma possibilidade de pesquisa), no entanto, comungamos que é relevante todo esse destaque em relação ao gênero.

De volta as obliterações de força, evidenciamos que a preocupação em limitar o acesso a livros foi vivida no século passado, como corrobora Bernardo,

Infelizmente, o hábito de queimar livros não se restringiu àqueles tempos antigos: no meio do século XX os nazistas fizeram gigantescas fogueiras de livros, tentando queimar todo pensamento que não reproduzisse a cartilha de Hitler, Goering e Goebbels. Por isso mesmo o retorno na Biblioteca de Alexandria é tão fabuloso nos tempos que correm (BERNADO, 2008, p. 77).

No dia 10 de maio de 1933, na capital alemã, mais de 20 mil livros foram queimados em praça pública por nazistas, na presença de milhares de pessoas que aplaudiram tal feito, “regimes autoritários em geral não só estabeleceram rigorosas censura como também proibiram a leitura de livros considerados “nocivos” e, mais do que isso, destruíram e queimaram em praça pública bibliotecas inteiras.” (MINDLIN, p. 15). Ao certo, tais informações acerca da história da leitura vêm contribuir com nossas reflexões enquanto pesquisadoras, pois de fato, a falta de neutralidade concebida no ato da leitura é a mola motora para a luta de sua democracia.

Nesse horizonte, Manguel (1997, p.315-316) frisa que,

As obras de Protágoras foram queimadas em 411 a.C., em Atenas. No ano de 213 a. C., o imperador chinês Chi Huang-Ti tentou acabar com a leitura queimando todos os livros de seu reino. Em 168 a. C., a biblioteca judaica de Jerusalém foi deliberadamente destruída durante o levante dos macabeus [...] Em 303, Diocleciano condenou todos os

livros cristãos à fogueira [...] Em 10 de maio de 1933, em Berlim, diante das câmeras, o ministro de Propaganda Paul Joseph Goebbels discursou durante a queima de mais de 20 mil livros para uma multidão entusiasmada de mais de 100 mil pessoas.

De tal modo, a escrita literária de Bernardo, se energiza por meio das acurações estabelecidas pelos leitores, Mindlin e Manguel. Ao certo, temos notícias que a queima de livros foi algo recorrente entre os que almejavam silenciar os livros que traziam entre o emaranhado de folhas, mais que códigos a serem decifrados, mas sim ideias capazes de suscitar outras, ou até mesmo estabelecer diálogos com os que estivessem dispostos a embarcarem neste universo.

A queima de livros não cessou em nosso acervo ao findarmos a leitura da obra *O mágico de Verdade*, mas ganhou outro cenário ao iniciarmos a leitura da obra *Beto, o analfabeto* de Drummond Amorin (2008), uma vez que a primeira parte da narrativa tem como ambiente uma biblioteca particular, de um homem não leitor que, por não saber ler, queria contribuir para que outros permanecessem como ele “Como não sei ler, contribui pra que ninguém mais soubesse” (AMORIN, 2008, p.48).



**Figura 14:** Livros sendo queimados em Berlim.  
**Fonte:** Apud Alberto Manguel (1997)

A biblioteca, mesmo composta com livros de diferentes gêneros, formatos e temáticas, era um lugar sombrio e assustador, onde os livros não se sentiam bem em

morar: “O livrinho tinha razão de viver deslocado na Biblioteca Maldita. Lá, quase ninguém entrava, batendo ou sem bater” (AMORIM, 2008, p.16). De certo modo, esta realidade apresentada no mundo ficcional faz alusão ao social, visto que em muitas escolas brasileiras os acervos são impossibilitados de serem manuseados por alunos com o propósito de uma preservação; o que acontece é que estão “preservando” os alunos de crescimento intelectual e cultural; já outras bibliotecas permanecem fechadas por falta de mão de obra qualificada ou, ainda, são ocupadas por profissionais não aptos que, não sendo leitores, contribuem de forma precária no processo de formação de leitores.

No entanto, uma parte da sociedade, mas precisamente os que exercem algum tipo de poder e possuem a ciência da capacidade “libertadora” atribuída a leitura, acredita que “aqui para nós, todo livro devia ser proibido. Como a gente ainda manda, começemos pelo começo, toquemos fogo nesses objetos inúteis” (AMORIN, 2008, p.54), pois de fato os livros “servia para suscitar abafadas propostas, servia para abrir cabeças, servia para clarear a embaçada visão da teimosa, renitente ignorância” (AMORIN, 2008, p.56), ou seja, tornar o cidadão crítico e inventivo, capaz de buscar melhorias e saber tão bem seus direitos quanto seus deveres.

Nesse momento, um novo incêndio é inaugurado na narrativa infantil, desta vez, com inquisidor declarado “Destruir livros era com ele, tinha se especializado no assunto. Nisso apelava para qualquer desculpa e, feliz feito pinto no lixo (já se dizia) faltava tocar harpa durante os incêndios que até então promovera” (AMORIM, 2008, p.55).

A história da leitura também nomeia um inquisidor do século XX, Anthony Comstock, que, tal como o personagem da obra de Amorim, “teria preferido que a leitura jamais tivesse sido inventada” (MANGUEL, 1997, p.317). A respeito desse censor que afirmou ter destruído durante sua vida 160 toneladas de literatura, por considerá-las obscena, e foi responsável por mais de uma dezena de suicídios, alegando que as obras publicadas eram imorais. Por conseguinte, os autores eram presos, muitos não resistiam e acabavam por tirarem sua própria vida, uma vez que, sua liberdade já havia sido destruída junto aos seus livros, como aconteceu com o “ex-cirurgião irlandês Willian Haynes” (MANGUEL, 1997, p.317).

Manguel (1997, p.320) explicita que “a censura de Comnstock limitava-se, num ataque de ultraje, a pôr as obras suspeitas em um catálogo dos amaldiçoados”. Concomitantemente, o Dr. Psiu, proprietário da biblioteca em questão, também via os livros como malditos “Ah, melhor não ter nascido, como é dura a minha vida ele pensava. E vá dureza nisso, a começar da solidão da estante, dita “Biblioteca Maldita” (AMORIM,

p.13). A partir da leitura do trecho extraído da obra de Amorin, podemos pensar nos livros que são distanciados dos seus possíveis leitores, o que corrobora a assertiva de que a censura continua a caminhar entre a história da leitura.

E, assim, o incêndio teve ordem de ser iniciado. Labaredas crepitavam sobre todas as obras,

Vamos lá, use aquelas brochuras magrelas pra lá de vagabundas. Arregace as mangas, abane essas chamas. Direita, esquerda, volver, isso, avive o fogaréu lindão. Já que não dá pra fuzilar sempre os autores panacas, há que mandar brasa em seus livros inúteis – palpitava Dr. Psi, carrapato grudado na autoridade [...] De todo jeito, o mais desgramado incêndio, a mais porreta queima de inutilidades nos últimos anos, coisa fina, de dramaticidade ímpar. A encenação mais linda ou mais horrível ali vista, a depender tanto dos vários pontos de vista, como do estoque de palavras ao alcance de cada paliteiro. Gostando ou não e para quem viu ou soube, baita festança macabra bem no centro da praça principal. Labaredas enormes lambiam o céu, estalando no meio da fumaça escura, que fechou o tempo, sob gritos, uivos, pipocar de foguetório, aplausos, vaias abafadas e desfile de tropas, pra não negar as origens (AMORIM, 2008, p. 58-60).

Sem nenhum pudor, obras foram queimadas em praça públicas, sob a ideia de serem inúteis, por isso, dispensáveis a humanidade. De fato, se realmente fossem “inúteis” não teriam ocasionado “baita festança macabra bem no centro da praça principal”. Em outro tempo, uma obra literária também foi escrita frisando a queima de livros em repartições públicas, sob a perspectiva de que não serviam para nada, além de corromper a moral e os bons costumes: *Fahrenheit 451*, escrita por Ray Bradbury e publicada pela primeira vez em 1953, ganhando versão fílmica em 1966, sob direção de François Truffaut.

Em *Fahrenheit 451* o poder de censura e queima de todos os livros que fossem encontrados ficava sob responsabilidade da Corporação de Bombeiros, o que metaforicamente leva a uma antítese, neste caso, causada inversão de funções nessa profissão, de apaziguadores de incêndio, tornaram-se os ocasionadores. Dialogando com a citação acima, quando temos a compreensão dos inquisidores estarem sob ordem de um comandante, no caso Dr. Psiu, o que corresponde a narrativa, pois o capitão Beatty regia toda a incorporação.

Em consonância a ideia de as bibliotecas ocasionarem medos em muitas pessoas, aparece em nosso *corpus* uma biblioteca escolar que foge do tradicional. A obra de

Helena Gomes *Assassinato na Biblioteca* constitui-se em uma atmosfera assustadora, como o próprio título sugere,

Igor fez inúmeras tentativas até que a décima chave abriu a porta pesada da biblioteca, dupla, feita de madeira muito grossa e antiga. Como um gato, deslizou para dentro do ambiente escuro, dominado pelo silêncio profundo e assustador. Nunca imaginaria que de noite a biblioteca, às escuras, formava um cenário perfeito para um filme de terror. Com a mão direita, tirou da mochila a lanterna e o par de luvas de lã que trouxera especialmente para a investigação (GOMES, 2009, p.40).

Com o desfecho de vários crimes, o cenário é incendiado por Luis mais um personagem das narrativas juvenis a odiar bibliotecas que adentra a escola disfarçado de professor, mas era um criminoso da época da ditadura que buscava destruir seus inimigos do passado,

Luis odiava escolas, *odiava bibliotecas* e, mais do que tudo, odiava alunos! [...] Com o baque do galão, que encontrou o piso após atingir o homem, parte da gasolina se espalhou pelo local. [...] o conteúdo do segundo galão foi despejado em um rastro que terminou na biblioteca, exatamente aos pés da primeira estante de livros, próxima ao balcão de atendimento (GOMES, 2009, p.234 - *grifo nosso*).

[...]

Os bombeiros chegaram rapidamente. Dominaram o incêndio em poucas horas. O fogo não destruiu totalmente o colégio e tampouco fez vítimas. Havia apenas o prejuízo material e a *perda de livros inestimáveis, alguns muito antigos e raros*, guardados desde sua fundação (GOMES, 2009, p.247- *grifo nosso*).

O que será que levou Luis a odiar bibliotecas? Essa pergunta se fez latente em nossa leitura da referida narrativa, encaminhando a reflexão do contexto alusivo, parte fulcral de toda a trama, a ditadura militar.

A ditadura militar foi um período marcado pelo autoritarismo (1964 – 1985) que levou tantos artistas ao exílio. Também considerado como divisor de águas para as esferas artísticas brasileiras, especialmente para a literatura infantil e juvenil:

depois que Lobato morreu, em 1948, houve um hiato, uma espécie de terra de ninguém nessa área [...] quando houve golpe militar em 64, a maioria dos livros que se publicavam para crianças no país eram meio bobos, mais na área da pedagogia do que da literatura, e tentavam da lições- salvo uma ou outra exceção (MACHADO, 2011, p.110).

Por meio da reflexão acurada pela escritora Ana Maria Machado (2011), temos contato com um passado, não obstante longe, sendo “vivido” na contemporaneidade por meio da literatura. Ao certo, trouxemos esta discussão para nosso texto, pois foi neste momento que os herdeiros de Lobato começaram a publicar seus livros, com a preocupação de produzirem livros qualitativos e condizentes com o nome que recebem *literários*. Diante disso, Ana Maria Machado (2011, p.111- *grifo nosso*) pontua que

Talvez tenha sido por isso que, individualmente, fomos começando a escrever de uma forma que as crianças pudessem entender – *simbolicamente*, poeticamente, humoristicamente. Exatamente como outros intelectuais estavam fazendo nas canções brasileiras, como assinalam os críticos que se ocuparam da produção cultural do período, ao sublinhar que esses dois campos (literatura infantil e música popular) foram justamente o que se destacaram por mais alta qualidade e os que mais se desenvolveram nesse período.

De tal modo, sublinhamos a importância das construções simbólicas no universo literário, uma vez que cessada a queima de livros e difundida a liberdade de expressão, continuamos ainda hoje a viver sob censura.

Não conseguimos compreender como gratuita a queima de bibliotecas presentes nas três obras elencadas e, sim construções simbólicas, porém, alusivas as diversas censuras que ainda hoje vivemos. Sob a ótica da total “liberdade” concedida por meios tecnológicos, uma grande parcela se ilude com tal feito ao não perceber que mais uma vez o contato com o objeto livro está sendo sonogado. Entendemos também, que a “queima de livros” nas referidas obras dialogam com a precariedade das bibliotecas públicas, aqui, reclamadas de maneira metafórica.

E, ainda, frisamos pais, professores, coordenadores que sonogam o *direito* de escolha, confiscando obras das prateleiras, ou, em casos mais comuns, dificultando o acesso ao trancafiarem portas, armários e, assim, novas possibilidades de leituras. De fato, vivemos (sem) censura, mas obliterados aos diversos tipos de sistemas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Menino Antigo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.  
ANDRADE, Ludmila; CORSINO, Patrícia. Critérios para a construção de um acervo literário para as séries iniciais do ensino fundamental: o instrumento de avaliação do

- PNBE 2005. In: PAIVA, Aparecida (et al). *Literatura: saberes em movimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.79-91.
- AMORIN, Drummond. *Beto, o Analfabeto*. Ilustrações de Sebastião Nuvens. Sabará, MG: Dubolsinho, 2008.
- BERNARDO, Gustavo. *O mágico de verdade*. Rio de Janeiro: JPA, 2008.
- CADERMATORI, Ligia. *O que é literatura Infantil?* São Paulo: Brasiliense, 2010.
- COELHO, Nelly Novaes. *A literatura infantil: histórias, teoria e análise*. 3. ed. Refundida e ampl. São Paulo: Quíron, 1984.
- FERREIRA, Leda Cláudia da Silva. *A personagem do conto infanto-juvenil brasileiro contemporâneo: uma análise a partir de obras do PNBE/2005*. Brasília – DF, novembro de 2008. Dissertação (mestrado em Teoria Literária). Universidade de Brasília, UnB.
- FISCHER, Steven Roger. *História da Leitura*. Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- GOMES, Helena. *Assassinato na Biblioteca*. Rio de Janeiro: JPA, 2009.
- HUNT, Peter. *Crítica, Teoria e Literatura Infantil*. Tradução de Cid Kniple. São Paulo: Cosacnaify, 2010.
- LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira*. São Paulo: Global, 1986.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Literatura infantil brasileira: histórias e histórias*. São Paulo: Ática, 1984.
- MACHADO, Ana Maria. *Silenciosa Algazarra: reflexões sobre livros e práticas de leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução de Pedro Maia Soares. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MINDLIN, José. *No mundo dos livros*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- SANDRONI, Laura. *De Lobato a Bojunga: as renaixências renovadas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- VIEIRA, Adriana Silene. O livro e a leitura nos textos de Lobato. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (et. al). *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.45-64.

Data de recebimento: 31/07/2019

Data de aprovação: 26/08/2019